

A filosofia na índole nacional

MANUEL GAMA*

I

Embora o tema da filosofia portuguesa e, mais latamente, das filosofias nacionais, tenham sido já objecto de muitos estudos, sobretudo desde os anos quarenta do século precedente, continua a ser problema e, como tal, assunto de problematização. Num tempo de interculturalidades, pensamos que continua a justificar-se o esforço de demanda de uma certa índole nacional.

No domínio em apreço há faces distintas: os que colocam o problema e concluem por uma resposta negativa, por um lado; por outro, os que encontram justificação para a existência de uma filosofia portuguesa, explanando as suas reflexões a partir dessa sua certeza; e, ainda, os que além de estarem neste último horizonte, se agruparam sob a denominação do movimento ou grupo da «Filosofia Portuguesa».

João Ferreira, autor de alguns estudos neste domínio¹, editados em tempos mais recuados, regressou ao tema mais recentemente, dando-nos uma síntese da génese do problema: «A ideia de fundamentar a afirmação de que existe uma filosofia portuguesa nasce de algumas circunstâncias históricas e epocais: dúvida sobre a capacidade filosófica portuguesa, negação da existência de um

* Departamento de Filosofia – Instituto de Letras e Ciências Humanas – Universidade do Minho.

¹ Recordemos a sua obra, composta de vários estudos publicados entre 1957 e 1961, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.

corpo de doutrinas filosóficas portuguesas e obscuridade sobre um *corpus* geral e global do pensamento filosófico lusitano.»²

II

No pensamento de alguns dos mais distintos intelectuais portugueses dos finais do século XIX e inícios do século XX, evidencia-se um diagnóstico pouco favorável sobre o filosofar português. Neste capítulo, a auto-estima ficara bastante abalada. Antero de Quental em carta a Domingos Tarroso, de 1881, é taxativo: «A filosofia é coisa tão avessa à nossa índole e tradição intelectuais»³. Por sua vez, Sampaio Bruno, logo após a preambular «Carta Íntima», abre a seminal obra *A Ideia de Deus* com estas palavras: «Nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas»⁴, especialmente para a metafísica, pecha que é intrínseca ao carácter nacional, pois vê-a como «originária indisposição estrutural, de natureza e essência». Mais adiante, retomando o mesmo tema e no mesmo tom, acentua a «penúria lusitana em matéria filosófica» e a diagnosticada «esterilidade filosófica portuguesa»⁵.

No ano de 1898, a auscultação intelectual do pensador brigantino Manuel Ferreira Deusdado dá como resultado que «a actividade filosófica do espírito português não tem cunho original, [e] a sua acção limita-se à receptividade dos sistemas estrangeiros.»⁶ Por seu lado, Francisco Adolfo Coelho vai mais longe, e apoda mesmo o «espírito nacional» como «afilosófico, como prova a nossa miséria na literatura respectiva.»⁷ Também Teixeira de Pascoaes, em 1915, na *Arte de Ser Português*, ao avaliar as manifestações da nossa actividade em que melhor se revela a alma pátria, anota que «corresponde à nossa superioridade poética, uma grande inferioridade filosófica», expressão do génio lusíada que «é mais emotivo que intelectual». Por isso, remata: «O português não quer explicar o mundo, nem a vida; contenta-se em vivê-la exteriormente; e tem, por

² *Id.*, «Fundamentação da Filosofia Portuguesa», em *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa [Ciclo de palestras promovido pela Fundação Lusíada no Ateneu Comercial do Porto em 14 e 15 de Maio de 1993]*, Bibliografia Geral de Álvaro Ribeiro organizada por Joaquim Domingues, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, p. 39.

³ Antero de QUENTAL, *Cartas I [1852]-1881*, Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida MARTINS, Universidade dos Açores e Editorial Comunicação, Lisboa, 1989, p. 562.

⁴ SAMPAIO BRUNO, *A Ideia de Deus*, Livraria Chardron, Porto, 1902, p. 1.

⁵ *Id.*, *ib.*, p. 26.

⁶ M. Ferreira DEUSDADO, «Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX», em J. M. da Cunha Seixas, *Princípios Gerais de Filosofia*, Imprensa Lucas, Lisboa, 1897, p. V.

⁷ Francisco Adolfo COELHO, «O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário», em *Notas de Portugal*, volume I, Lisboa, 1908, p. 538.

isso, um verdadeiro horror à Filosofia, imaginando encontrá-la em tudo o que não entende.»⁸

Já mais próximo de nós, pensadores como José Marinho ou Eduardo Lourenço fazem uma leitura no mesmo tom das anteriores. O primeiro confessa encontrar-se entre um «povo adverso à filosofia, à grave e séria responsabilidade de filosofar»⁹, enquanto Eduardo Lourenço, fazendo uma análise mais fina, afirma que «Logo que nos aproximamos da linha tórrida do racional tornamos tímidos, ficamos paralisados, perdemos a imaginação.»¹⁰

Colocado nesta perspectiva global, o problema tem outro enfoque e é ainda mais dizimador: em Portugal não só não haveria uma filosofia específica, como os portugueses seriam destituídos da capacidade de filosofar. Nem nos opositores à existência de filosofias nacionais se encontra um alcance tão decepador. Nem o sentido da conhecida e paradigmática afirmação de Manuel Antunes, proferida no âmbito da acalorada discussão em Portugal, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX¹¹, é tão demolidor quando afirma: «[...] não parece legítimo poder afirmar-se a existência de filosofias nacionais no sentido rigoroso destes vocábulos. Ciência (*sui generis*, sem dúvida) do universal enquanto universal, o qualificativo de grega, alemã, francesa, inglesa, americana, etc., aposto, como determinação essencial ao substantivo 'filosofia', nega a própria filosofia: se é nacional não é filosofia e se é filosofia não é nacional.»¹²

Posição contrária à de Manuel Antunes tem António Paim, para quem as filosofias nacionais «são certamente uma verdade inquestionável: é possível reunir elementos comprobatórios de que conseguiram, em determinados países, estabelecer um clima de desinteresse pelas criações das outras nações, mesmo em se tratando de autores exponenciais.»¹³. O filósofo brasileiro defende que o que distingue as diversas filosofias nacionais é a preferência dada a este ou àquele problema. Aliás, refere, são os problemas que animam a Filosofia em

⁸ Teixeira de PASCOAES, *Arte de ser Português*, Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1915, pp. 115-116.

⁹ JOSÉ MARINHO, *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981, p. 111.

¹⁰ EDUARDO LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978), 2ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 1982, p. 55. Como igualmente, mais adiante (p. 69), através de um sintoma confirma o diagnóstico: «Que o português médio conhece mal a sua terra – inclusive aquela que habita e tem por sua em sentido próprio – é um facto que releva de um mais genérico comportamento nacional, o de *viver* mais a sua existência do que *compreendê-la*.»

¹¹ Sobre os argumentos apresentados por ambas as partes, veja-se António José de BRITO, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4 (1990) 409-429.

¹² MANUEL ANTUNES, «Haverá filosofias nacionais?», em *Brotéria*, Lisboa, LXIV, 5 (1957) 559.

¹³ ANTÓNIO PAIM, «Filosofias Nacionais», em *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, volume 2, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1990, cl. 626.

todos os tempos e, enquanto os sistemas caem, os problemas por si colocados ficam. Nesse sentido, António Paim identifica mesmo o tema-problema específico que, na sua visão, é a marca distintiva de cada uma das várias filosofias nacionais¹⁴. Na filosofia alemã, a questão fundamental é a do *sistema*. Já na filosofia inglesa, não há preocupação com a ideia de sistema, mas pelo tema da *experiência*. Por sua vez, a filosofia francesa pode ser considerada sob o ângulo do conceito de *razão*. Na filosofia brasileira encontra-se uma preferência pela questão do *homem*. A filosofia portuguesa, por seu lado, discorre António Paim, forma-se em torno da conceptualização do termo *divindade*, ou seja, a ideia de Deus na formulação de Sampaio Bruno.

Também António Braz Teixeira¹⁵, remetendo para o último quartel de oitocentos, encontra aí – na linha de António Paim – a ideia de Deus e o problema das relações entre a filosofia e a religião como o cerne do debate especulativo português. Posteriormente ao século XIX, aqueles temas continuam a ser o eixo central na nossa reflexão filosófica, expressando-se, embora, em diversas atitudes de pensamento perante o fenómeno religioso, a existência e a essência de Deus, o sentido e o valor ético-religioso do cristianismo, e ainda a seminal questão da origem, extensão e significado do mal. Como, igualmente neste tempo, a problemática antropológica ganha entre nós um relevo não encontrado no período anterior, dando lugar a uma articulação entre a antropologia e a teodiceia.

Pedro Calafate no seu estudo «Filosofia Portuguesa nos últimos cinquenta anos», publicado em 1995¹⁶, apresenta o resultado da sua extensa prospecção à riqueza cultural-filosófica em Portugal na década de 40 do século XX. Aí encontra expressões multifacetadas do nosso pensamento: é a crítica ao neopositivismo ou positivismo lógico, expandido na década anterior; é a afirmação de correntes marxistas; são as reflexões sobre a arte; é o cultivo do ensaísmo filosófico; é o aprofundamento do pensamento filosófico-jurídico; é a afirmação da filosofia de matriz cristã e católica, sobretudo pela vertente da neoescolástica. É precisamente nessa década, também, que Álvaro Ribeiro, dando seguimento ao pensamento da «Renascença Portuguesa», nas linhas de Leonardo Coimbra e de Teixeira de Pascoaes, lançará o tema da filosofia portuguesa, através da sua problematização, ao lançar, no ano de 1943, o seu opúsculo *O Problema da Filosofia Portuguesa*.

¹⁴ Cf. *Id., Ib.*, cl. 629.

¹⁵ Cf. António Braz TEIXEIRA, *Ética, Filosofia e Religião. Estudos sobre o pensamento português, galego e brasileiro*, Pendor, Évora, 1997, pp. 9-10.

¹⁶ Pedro CALAFATE, «Filosofia Portuguesa nos últimos cinquenta anos», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2 (1995) 355-376.

III

Tendo em conta a crise, que se vivia na primeira metade do século XX, advinda do período finissecular anterior, interessa-nos compreender que tipo de propostas é que a «Filosofia Portuguesa» – aqui expressa pela referida obra de Álvaro Ribeiro, editada em 1943, e pelo movimento de «57», que agiu entre 1957 e 1962 – oferecia como via certa, para combater a crise. E, até, antes de mais, interessa saber de que género de crise se fala.

O pico mais agudo da tormenta, que se vivia na época, a primeira metade da década de quarenta do século precedente, poderia traduzir-se por um único nome: «guerra». Pela segunda vez no século XX, agora no findar da terceira década, o mundo tinha perdido a paz¹⁷. Sinal, mais uma vez, de que o homem tinha entrado em desvario e ficara sem norte. Quando os homens abandonam a via de comunicação por excelência, o diálogo, quer dizer que a sociedade perdeu o rumo. Que lhe opor? Como recuperar o sentido? Que proponha a «Filosofia Portuguesa»?

Ao movimento da «Filosofia Portuguesa», de uma forma geral, não tem sido dado pelos estudiosos o reconhecimento das suas propostas (que veremos adiante). Eduardo Lourenço disse faz eco quando destaca que «o fenómeno da chamada *filosofia portuguesa* não mereceu a atenção devida. Ou mereceu-a, quer dos seus profetas e seguidores, quer dos seus irónicos impugnadores, em termos que não corresponderam à importância *sociológica* e mesmo *mítica* de tão singular aventura.»¹⁸ Mais adiante, o reputado pensador da identidade lusitana, realça que o que há de mais válido neste movimento é «a afirmação de *uma especificidade da existência nacional* e das suas expressões [...]»¹⁹, sem se confundir com a ideologia salazarista onde, aliás, viam também uma forma de positivismo, no sentido limitativo do sistema.

Tentando reposicionar a mais ou menos comum desfocada imagem da «Filosofia Portuguesa», Eduardo Lourenço, no intento de repensar Portugal – estávamos em pleno período da pós-revolução de 1974 –, anota que este movimento «não foi apenas um reflexo oportuno e oportunista do *triumfalismo nacionalista desvairado reinante* [...], mas uma reacção, em boa parte justificada, contra o pendor *mimetista* e o conseqüente descaso que ele implica de inatenção a nós próprios.»²⁰ Este enunciado dá-nos a passagem para o cerne da questão.

¹⁷ Os planos setecentistas da paz perpétua, do abade de Saint-Pierre e de Kant, respectivamente de 1713 e de 1795, mais uma vez não passaram de projectos.

¹⁸ Eduardo LOURENÇO, *Op. cit.*, p. 37.

¹⁹ *Id.*, *Ib.*, p. 40.

²⁰ *Id.*, *Ib.*, p. 73. Nesta linha de pensamento, Eduardo Lourenço chama ainda a atenção para o relevante papel deste movimento no combate contra o negativismo que mina a nossa cultura:

É neste contexto que se colocam as respostas à crise, onde se vislumbram, em fundo, duas posições fundamentais: optar pelo lá-fora ou virar-se para o cádentro. É a velha dialéctica entre castiços e estrangeirados²¹, que vive entre nós há pelo menos três séculos e que esteve em especial evidência no âmbito da Geração de 70, na segunda metade do século XIX, e se prolongou para o século XX, nomeadamente na disparidade de horizontes entre as visões europeísta e antieuropeísta. Eduardo Lourenço apresenta essa tensão de forma lapidar, polarizando-a nas figuras de António Sérgio e de Álvaro Ribeiro e respectivos seguidores de ambos:

«[...] para António Sérgio os estrangeirados constituem a principal falange de homens livres, de espírito crítico, que tentam colmatar o nosso atraso em relação à Europa pregando e dando o exemplo desse espírito crítico. Para Álvaro Ribeiro os mesmos estrangeirados, ou seus afins, representam ou são eles mesmos a causa da mediocridade cultural herdada enquanto mero reflexo do pensamento europeu dominante – o racionalista-positivista, contrário à essência do pensamento português caracterizada segundo ele pela fidelidade ao aristotelismo. O que para António Sérgio – a persistência do aristotelismo nas nossas Universidades (Coimbra e Évora), nos mergulhou num mar de treva intelectual, como opinara Verney – é para Álvaro Ribeiro um fenómeno cultural positivo digno de apologia.»²²

Este enunciado vai ao núcleo da temática aqui em análise: Álvaro Ribeiro e os seus discípulos responderam à crise com uma rejeição liminar de todo o pensamento estrangeirado e apresentaram como solução a autonomia mental e cultural. Vejamos primeiramente como Álvaro Ribeiro colocou o problema para, depois, passarmos aos seus discípulos.

«O reaccionarismo confesso ou implícito da maioria dos seus corifeus foi também *reação* contra uma *imagem* da cultura portuguesa, de perfil essencialmente *negativa*, herdada da Geração de 70, e nunca criticado à *esquerda* como o devia ter sido.»

²¹ Veja-se um bom panorama desta questão em António Coimbra MARTINS, no verbete «Estrangeirados», em *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel SERRÃO, volume II, Porto, 1981, pp. 466-473.

²² Eduardo LOURENÇO, *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Gradiva, Lisboa, 2004, p. 149. Refere seguidamente o mesmo Eduardo Lourenço que, apesar da coerência e convicção que cada um coloca nos seus pontos de vista, afinal eles estão unidos pelo «comum desinteresse pelo efectivo processo cultural português, o desprezo manifesto pela complexidade desse processo, entrevisto por ambos em termos maniqueístas, embora inversos um do outro.»

IV

Em 1943, Álvaro Ribeiro publicou um pequeno ensaio com o título *O Problema da Filosofia Portuguesa*, que acabara de ser redigido no ano anterior. Independentemente do maior ou menor valor deste estudo no contexto da obra do autor, é indiscutível que ele constitui um marco na discussão da existência, ou não, de uma filosofia portuguesa e, subjacentemente, da justificação da existência de filosofias nacionais, pois, como afirma António José de Brito, «A tese da filosofia portuguesa é expressão da tese geral da intrínseca nacionalidade de toda a filosofia.»²³ Álvaro Ribeiro enfoca o tema da filosofia portuguesa como um «problema», no qual entrevemos três dimensões.

Primeiro, Álvaro Ribeiro queria mostrar a capacidade filosófica portuguesa, que tão abalada tinha ficado na pena dos pensadores atrás citados: Antero, Bruno, Deusdado, Adolfo Coelho e Pascoaes. O mesmo Álvaro Ribeiro cita trechos de três pensadores portugueses (Sampaio Bruno, Fidelino de Figueiredo e Sant'Ana Dionísio), para sustentar a sua posição da, ainda, não existência de filosofia portuguesa entre nós. Mas, na sua hermenêutica geral dos três textos, é encontrado um outro sentido: o de que «Formar tal opinião é já dar a oportunidade de a rectificar; por isso os três depoimentos citados valem também pela preocupação que denotam, e podem ser interpretados como sinais negativos, mas *precursores* da era de novidade para a filosofia nacional.»²⁴

Em segundo lugar, Álvaro Ribeiro entende que algo só pode crescer se for semeado. No caso concreto, é à escola que cabe esse papel, pois «O pensamento filosófico depende elasticamente do respectivo ensino acroamático; é a escola que dá vida – corpo e alma – à tradição espiritual, que alimenta e regenera, que a medicamenta até com os produtos heterodoxos da meditação extravagante.»²⁵ Ou seja, a ausência de uma filosofia portuguesa radica fundamentalmente do seu não cultivo escolar. Portanto, o problema é o da paideia portuguesa. Mesmo os escritores que, à época, abordavam os temas de carácter filosófico, faziam-no de forma seguidista em relação aos sistemas estrangeiros que, em consonância com o espírito do tempo, repeliam a metafísica²⁶. E, conclui Álvaro Ribeiro, «não é de filosofia em Portugal mas de filosofia portuguesa que a nossa cultura verdadeiramente carece.»²⁷

²³ António José de BRITO, *Art. cit.*, p. 410.

²⁴ Álvaro RIBEIRO, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1943, p. 20. O itálico é nosso.

²⁵ *Id.*, *Ib.*, p. 9.

²⁶ Cf. *Id.*, *Ib.*, p. 14.

²⁷ *Id.*, *Ib.*, p. 22.

Finalmente, o ensaio contém afirmações no sentido de mostrar que, sendo o homem um ser de cultura, não pode viver sem filosofia. Por um lado, ela funciona não como roupagem, mas como a própria seiva que alimenta os diversos ramos da cultura, sem a qual eles definham e secam. Por outro, o nível de civilização de cada povo, independentemente dos meios técnicos, é marcado sobretudo pela filosofia, embora também pela arte e pela religião²⁸.

Na década de quarenta do século XX, Álvaro Ribeiro tinha consciência que o pensamento filosófico em Portugal estava pouco activo e era, sobretudo, devedor da exposição dos sistemas estrangeiros. Portanto, o tempo não era de adaptar ou de acelerar o já existente, mas de começar de novo:

«Tudo depende, não de aclimar, não de continuar, mas de recomeçar uma tradição; tudo depende da eleição do ponto de partida e da acção de um escol que venha a revelar em actual expressão ontológica o pensamento implícito nos documentos teológicos, políticos e literários que assinalam os decisivos passos da vida do nosso povo e que venha a formular, em sistema ou sistemas, a filosofia própria da fisionomia nacional.»²⁹

Nada estava perdido, no entanto. Pelo contrário. Por estarmos desatentos e arredados da linha internacional da Europa Central, quanto à aurora e crepúsculo da filosofia «moderna» (da Renascença ao Iluminismo) soubemos, dessa maneira, cogita Álvaro Ribeiro, preservar «uma qualidade oculta mas original», com espírito de «fidelidade nobilíssima», se não até com «astúcia antevisora», aquilo que fora a expressão especulativa do génio manifestado nos Descobrimentos³⁰. Esse recomeçar seria accionado agora pelo nosso escol e teria na escola o seu veículo privilegiado, onde a filosofia se libertaria, e aproximaria da vida, tendo subjacente a ideia de erigir a Faculdade de Filosofia, a que Álvaro Ribeiro atribui uma missão superior.

V

Em 1957, ano em que a Europa – ainda dividida em dois blocos – dava os passos iniciais na edificação de uma sociedade inter nações mais comunitária, é iniciada a que julgamos ser a mais bem conseguida manifestação geracional da filosofia portuguesa. Tratou-se do «Movimento de Cultura Portuguesa» ou

²⁸ Cf. *Id., Ib.*

²⁹ *Id., Ib.*

³⁰ Cf. *Id., Ib.*, pp. 14-15.

movimento «57», com o seu órgão próprio, também designado de 57³¹, editado entre 1957 e 1962.

O movimento «57» procura inserir-se na dinâmica geral do movimento cultural português, tentando ampliar e completar o que ficara virtual em movimentos como a «Renascença Portuguesa» e «Orpheu». No entanto, o que nestes ou noutros movimentos tinha carácter literário, artístico, religioso ou político «surge no “57” e na obra dos seus colaboradores mais representativos, como um sistema de filosofia, a que todas essas manifestações se coordenem, o sistema da filosofia portuguesa.»³² Neste sentido, já anteriormente, António Quadros havia criticado o movimento da «Presença», apontando-lhe a ausência de uma interpretação filosófica das obras literárias e artísticas³³.

Na pegada do espírito da «Renascença Portuguesa», a luz orientadora do «57» será, por um lado, fundamentalmente «reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora», pelo conhecimento da sua idiossincrasia e, por outro, propondo teses de índole social, educativa, cultural, mas sempre «religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora.»³⁴

Se o «57» foi o sinal vivo e mais marcante do movimento da «Filosofia Portuguesa», o seu espírito manteve-se viçoso e foi-se renovando, quer através das suas duas gerações posteriores, quer através das várias publicações periódicas, que foram sendo dadas à estampa, como *Espiral*, *Escola Formal*, «Parábola», *Ensaio*, *Leonardo*, *Bárbara*, *Teoremas de Filosofia*³⁵.

O âmago das ideias e a orientação do «57» encontram-se nos dois Manifestos publicados, o «Manifesto de 57» e o «Manifesto sobre a Pátria»³⁶.

O «Manifesto de 57» é pautado por uma dinâmica geral: *conhecer-servir*. *Conhecer* a nossa idiossincrasia, fazendo simultaneamente o diagnóstico da

³¹ Quando nos referirmos ao Movimento, colocaremos 57 entre aspas, e quando aparecer em itálico designa o respectivo órgão. O presente assunto já foi objecto de estudo mais desenvolvido na nossa obra *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, editada em 1991, e teve igualmente tratamento no nosso artigo «Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa», em Aclíio da Silva Estanqueiro ROCHA (org.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2004, pp. 269-284.

³² António QUADROS, «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», em 57, III, 7(1959), p. 9. Mais tarde, já em análise retrospectiva, dirá que «a revista 57 valorizou a reflexão filosófica sobre os valores originais da cultura portuguesa», em *Diário de Coimbra*, Coimbra, 16.09.1982.

³³ Cf. António QUADROS, «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», em *Acto*, Lisboa, 2 (1952) 46.

³⁴ *Id.*, «O Mito do Espírito», *art. cit.*, p. 9.

³⁵ Sobre as várias gerações do movimento da filosofia portuguesa e respectivos órgãos, veja-se Elísio GALA, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999, pp. 218 e ss.

³⁶ Publicados no seu órgão, respectivamente, no nº 1 (Maio de 1957) e nº 2 (Agosto de 1957).

situação nacional. *Servir*, propondo caminhos para ultrapassar os problemas nacionais.

O nó górdio, em Portugal, segundo este movimento, reside na sua mentalidade dominante (composta por professores, escritores e artistas), que defende a nossa dependência em relação a correntes estrangeiras. Esses sistemas, advindos do exterior, que dão pelo nome de Escolasticismo, Materialismo Dialéctico, Positivismo, são limitadores por que coarctadores da liberdade. Entre nós, tais correntes de pensamento concretizam-se no criticismo da «Presença», nas correntes historicistas da Universidade, no positivismo católico dos escritores integralistas, no lirismo emocional dos nossos imaturos poetas, no fotografismo dos nossos escritores realistas, no cooperativismo sem antropologia de António Sérgio, no materialismo dos hegelianos que não leram Hegel e não amadureceram as suas teses³⁷. O que falta àquelas correntes? Estudos antropológicos e cosmológicos, aponta o ideário do «57». Sem aqueles estudos estamos no domínio do universalismo, da mesmidade, e contra a especificidade das culturas.

O Espírito ou a Razão não se realizam universalmente contra as condições espaço-temporais, logo, defende este movimento, as pátrias não são acontecimentos fortuitos derivados de meras circunstâncias histórico-sociais. O homem não é idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes. A via contrária, a do universalismo, a da massificação, conduz ao sofrimento, ao mal-estar, à guerra, de que são exemplos as tentativas de Carlos V, Napoleão, Hitler e, mais recentemente, da Democracia Universal, do Comunismo Universal e da ONU³⁸.

Para os vários elementos do «57» era postulado assente que «Não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural». Este princípio da autonomia mental e cultural é precisamente o filosofema³⁹ fundamental do «57», que nos aparece ao longo das teses defendidas no jornal 57, em particular nos dois Manifestos, acima referidos, sob a denominação de ideia de pátria.

Pela ideia de pátria se dá lugar à especificidade, ao diferente. É ela que dá sentido à acção e é por ela que se manifesta a teleologia própria: «[...] é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem

³⁷ Cf. «Manifesto de 57», em 57, I, 1 (1957), p. 1.

³⁸ Cf. *Ib.*, p. 2.

³⁹ O conceito de filosofema é tomado no sentido em que o define Eduardo Abranches Soveral: «É um problema radical equacionado em termos críticos. [...]. Cada filosofema contém um campo próprio de desenvolvimento, e está implicitamente ligado à totalidade dos filosofemas possíveis mediante uma ordem gnosiológica precisa que nem sempre é patente. Também pode receber várias formulações consoante as determinantes críticas que o geraram» – Eduardo Abranches SOVERAL, «Pensamento Luso-Brasileiro», em *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.

sentido na lama do quotidiano. [...] uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas»⁴⁰. Este é, não um caminho, mas o caminho verdadeiro para servir efectivamente o homem, pois «a pátria é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si.»⁴¹ Seguindo a via contrária resultará impedida a comunicação: «O mundo ou o universo ou o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens.»⁴²

Para a aplicação daquele desiderato entre nós, duas correntes se perfilavam, dando substância à via encontrada: o existencialismo e a filosofia portuguesa.

O existencialismo, por considerar o homem como tema central da reflexão filosófica e simultaneamente tender a minimizar as ideias abstractas, os conceitos universais (as essências), a favor das realidades concretas e individuais (as existências), sendo por isso o sistema que deu conteúdo filosófico à ideia de pátria e que melhor interpretou a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos. A. N. Whitehead e K. Jaspers são apontados no «Manifesto de 57» como os filósofos que, de uma forma mais sistemática, souberam interpretar os dois tipos de relações. Igualmente são apresentados exemplos de pensadores e criadores que enquadraram as suas criações nas coordenadas do espaço e do tempo e nas filosofias nacionais das suas pátrias. Da cultura francesa, anotam-se os nomes de Sartre, Camus, Gabriel Marcel e Simone de Beauvoir. Da cultura alemã, apontam-se Hermann Hesse e Ernst Jünger. Da cultura inglesa, indicam-se Priestley e Graham Greene. Entre nós, a filosofia portuguesa, por ser a corrente filosófica que tem conseguido sistematizar aquela visão do homem, também será o veículo certo de melhor o servir. É mesmo apresentada como a via por excelência, por meio da qual a cultura portuguesa há-de afastar as correntes estrangeiras e reencontrar-se a si mesma.

A ideia de filosofia portuguesa tem intrínseca a defesa de filosofias nacionais, em oposição à perspectiva que defende o carácter, em exclusivo, da filosofia num sentido universal. Este foi tema de acesa polémica em época anterior⁴³, como

⁴⁰ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

⁴¹ *Ib.*

⁴² *Ib.*

⁴³ Da vitalidade desse período dá eco António José de Brito, quando, acerca dos argumentos apresentados por ambos os contendores, diz que «Ambos os pontos de vista tiveram defensores inteligentes e veementes, mas pode dizer-se que a ideia de uma filosofia especificamente portuguesa encontrou um grupo de partidários de forte talento e engenho, originando alguns estudos e investigações notáveis» – António José de Brito, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4 (1990) 409. A polémica à volta desta temática teve especial ênfase nas décadas de quarenta a sessenta,

já foi referido atrás, e que mais recentemente teve novos e válidos contributos⁴⁴ que, por isso mesmo, torna desnecessária a sua abordagem no presente estudo. Ainda assim, recordaremos aqui o argumento fundamental da defesa das filosofias nacionais e, concomitantemente, da filosofia portuguesa, patenteado no «Manifesto de 57»: «Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antro-po-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias»⁴⁵. É que «A Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais»⁴⁶. Logo, «O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria»⁴⁷, esclarece o «Manifesto sobre a Pátria».

Não há pátria sem filosofia da pátria, como se postula naquele Manifesto. Entre nós, vários têm sido os pensadores que lhe têm dado conteúdo e desenvolvimento. No entanto, não lhes têm sido dados ouvidos. Sampaio Bruno,

com importante eco na imprensa diária, nomeadamente no *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *O Comércio do Porto* e *Diário Ilustrado*.

⁴⁴ Vejam-se os ensaios de Francisco da Gama CAEIRO, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», em *Ao Encontro da Palavra, Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 9-42; *Id.*, «Filosofia em Portugal' e seu ensino: tópicos para uma reflexão», em *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2 (1988) 67-82; Onésimo Teotónio ALMEIDA, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», em *Cultura*, Lisboa, IV (1985) 219-255; Manuel Maria CARRILHO, «Filosofias, contextos, novidades», em *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 220 (1986), p. 2; António QUADROS, «A Filosofia Portuguesa, de Bruno à Geração do 57, seguido de O Brasil Mental Revisitado», em *Democracia e Liberdade*, Lisboa, 42/43 (1987) 7-69; Manuel Ferreira PATRÍCIO, «Filosofia, indispensável», em *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 295 (1988), p. 7 (JE); Ana Maria Moog RODRIGUES, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», em *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15 (1990) 25-30; António José de Brito, *art. cit.*, pp. 409-429; António PAIM, *Propostas para a Caracterização das Filosofias Nacionais*, Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H., Lisboa, 1991.

Para um enquadramento mais global desta matéria, vejam-se José BARATA-MOURA, o capítulo «Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX», da sua obra *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281 e Pedro CALAFATE, «Figuras e ideias da filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2 (1995) 355-376, e a Segunda Parte, intitulada «Sob o Signo do Magistério de Leonardo Coimbra», da obra colectiva *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume V, Tomo 1, Direcção de Pedro CALAFATE, Caminho, Lisboa, 2000, pp. 167-259; Henrique Jales RIBEIRO, «A “Filosofia Portuguesa” e o “Estado Novo”: Das Implicações Ideológicas, Políticas e Outras da Filosofia em Portugal no Século XX», em *Biblos*, n. s. III (2005) 129-153; José GAMA, «Leonardo Coimbra: Filosofia em Portugal e/ou Filosofia portuguesa», em AA. VV., *Leonardo Coimbra, o Tribuno e o Filósofo*, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, 2005, pp. 103-118; *Id.*, «Álvaro Ribeiro e o Sentido da Tradição Filosófica Portuguesa», em *Id.*, *Cultura e Filosofia. Estudos sobre o Pensamento Português*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2009, pp. 279-286; Afonso ROCHA, «“Filosofia Portuguesa” ou Filosofia Portuguesa?», em *Id.*, *Natureza, Razão e Mistério. Para uma leitura comparada de Sampaio (Bruno)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, pp. 539-571.

⁴⁵ «Manifesto de 57», *art. cit.*

⁴⁶ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

⁴⁷ *Ib.*

anota-se no referido Manifesto, foi «ignorado». Guerra Junqueiro foi condenado no «tribunal da razão». A Teixeira de Pascoaes «rasgaram» *Os poetas lusíadas* e a *Arte de ser português*. À voz de Leonardo Coimbra «taparam os ouvidos». A *Mensagem*⁴⁸ de Fernando Pessoa foi relegada para o último lugar, e o seu autor considerado «um malabarista de palavras, um humorista». Em 1957, este movimento queria fazer reviver e dar continuidade a esta filosofia, que deveria ser fonte de inspiração para os representantes da nossa pátria. Isto é, a potencial teleologia da nossa pátria irá passando a acto na medida em que se dê continuidade às obras dos três grandes poetas, em que «o único herói é a pátria portuguesa» e não um homem individual. São esses poemas *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, *A Pátria*, de Guerra Junqueiro e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Pelo caminho e movimento da ideia de pátria se irá na direcção da redenção – o grande objectivo final.

Os elementos do «57» admitem que, um dia, a pátria do homem venha a ser o próprio universo – ideia presente no pensamento filosófico de Sampaio Bruno. Mas esses tempos estão tão longínquos, que hoje só se pode ter em conta a ideia de pátria. Ou seja, no tempo presente, o nacionalismo cultural é sinónimo de paz e liberdade, enquanto o universalismo conduzirá à guerra e à discórdia entre os povos.

Dada a pertinência caracterizadora do «57» e, num sentido mais lato, do ideário e acção do movimento da «Filosofia Portuguesa», apresentada pelo testemunho pessoal do seu principal dinamizador, António Quadros (1923-1993), apresentamos um depoimento seu, que cordialmente nos foi remetido, a solicitação nossa:

UM TESTEMUNHO SOBRE O «57» – 28 ANOS DEPOIS

Uniam-nos: o sermos ou considerarmo-nos discípulos de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, com quem nos encontrávamos diariamente na velha Brasileira do Rossio; o assumirmos, com eles e por eles, a herança de Leonardo Coimbra, de Teixeira de Pascoaes, de Fernando Pessoa e da Renascença Portuguesa; o de termos tomado consciência de que a respiração, a vida e o futuro do ser de Portugal, não passavam apenas pela obediência aos seus valores tradicionais ou ao contrário pela atitude progressista e estrangeirada, mas principalmente pela filosofia, e, no concreto envolvente, pela capacidade de o pensar, ao ser de Portugal, na sua substância e na sua teleologia própria.

A campanha da filosofia portuguesa foi feita a vários níveis, entre os quais avultou a convicção, entre todos nós ponto assente, de que não pode haver autonomia política

⁴⁸ António Quadros, director do jornal 57, considera a *Mensagem* como «a Bíblia da portugalidade assumida em transcendência» – António QUADROS em AAVV, *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, p. 205.

sem autonomia mental e cultural. Muito divergimos uns dos outros em diversos aspectos, mas aqui estávamos de acordo.

O que nós já víamos, em 1957, era que Portugal estava a perder rapidamente a sua autonomia mental. Álvaro Ribeiro observara-o mais cedo quando, ao escrever em 1943 O Problema da Filosofia Portuguesa, partira da seguinte análise: as comemorações dos Centenários em 1940 tinham sido predominantemente historicistas e nacionalistas. Onde estava o pensamento teleológico português, capaz de insuflar dinamismo às instituições, ao ensino ou à cultura vigente? Onde a adequação do acto individual a um telos nacional e deste a um eschaton universal? A Universidade, a nossa Universidade positivista, materialista e estrangeirada era a grande acusada. O que podia prever-se, e nós repetimo-lo até à saciedade nos nossos manifestos e livros, era que a descaracterização do nosso ensino e da nossa cultura nos iriam conduzir rapidamente à paralisia, levando-nos a ser governados pelos mitos, pelas utopias e pelos interesses dos outros.

[...]

Éramos pátria, aspiramos a ser província. A nossa finisterra foi a cabeça da Europa, o rosto com que ela fita o mar, o mundo e o futuro, hoje é a sua periferia menos independente, menos autónoma, menos senhora de si, menos convicta do seu direito à existência.

Tínhamos razão, mas no imediato perdemos. Perdemos, como já tinham perdido no seu tempo o Nobre e o Bruno, o Leonardo e o Pascoaes, o Pessoa e o Almada, o Marinho, o Álvaro ou o Agostinho da Silva.

Quantos entre nós, neste século, representaram o espírito português, parecem hoje ter perdido a sua aposta na regeneração nacional. Ao contrário, a degenerescência é o nosso lote. Teremos escrito a nossa mensagem na areia, ou não era ainda a hora?

[...]

Nós, homens do «57», cada um de nós com a sua evolução intelectual própria e já distante daqueles tempos, continuamos a lutar por esta última alternativa, ou seja, pela vitória do espírito português.

[...]

ANTÓNIO QUADROS

20 de Julho de 1985.⁴⁹

⁴⁹ Este testemunho, que guardamos, foi-nos enviado passado à máquina e nele foram feitas algumas correcções manuscritas. Tivemos ocasião de o publicar integralmente em *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, pp. 61-68, e no nosso estudo que consta na obra colectiva, referida na nota 31, *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*.

VI

Apresentamos, finalmente, algumas ideias de cariz conclusivo.

1. A ideia de pátria não é um conceito meramente operatório. Embora ele tenda a coincidir com o de nação, esta, no dizer de Jorge Miranda, «corresponde a um conceito cultural, onde ressaltam elementos intelectuais, [enquanto] a pátria assenta toda em elementos de afectividade.»⁵⁰

2. A acção do movimento da «Filosofia Portuguesa» tem sido meritória. Concebendo a filosofia como uma arte – nas palavras de João Ferreira⁵¹ –, pautada por balizas muito menos estreitas do que aquelas que determinada crítica quis fazer crer, tem orientado a sua actividade num tríplice aspecto: dar primazia à filosofia portuguesa sobre outras formas de pensamento; fazer o levantamento do acervo filosófico português e dar-lhe a devida valorização; radicar e individualizar o nosso modo específico de pensar⁵².

Num tempo com tendência para o «pensamento único», as vagas de ideias em contracorrente têm um papel muito positivo. A dissensão ajuda a colocar melhor os problemas, contribuindo para que o caminho trilhado, mesmo em sentido oposto ao das teses divergentes, seja mais conscientemente assumido.

3. Poder-se-á falar em anacronismo das teses do movimento da «Filosofia Portuguesa», especialmente as produzidas no âmbito do «57»? Em tempos de globalização, pugnar pela ideia de pátria e fazer a defesa da filosofia, quando a época é de fuga diante do pensamento, não parece colher ventos favoráveis. Salvador Dalí defendeu que «a única forma de chegar ao universal era ser ultralocal», tal como Miguel Torga escreveu aforisticamente que «o universal

⁵⁰ Jorge MIRANDA, «Pátria», in *Enciclopédia Verbo. Edição Século XXI*, vol. 14, Lisboa / São Paulo, 2002, cl. 370.

⁵¹ Segundo João Ferreira «O grupo da «filosofia portuguesa» concebe a filosofia como uma arte. É anti-positivista, anti-materialista e anti-historicista. Aceita postulados teodíceicos e religiosos, mas aconfessionais. É interiorista (dum interiorismo dinâmico, por oposição ao estaticismo cousista do positivismo). É racionalista, enquanto julga a razão como suprema norma do conhecimento e como infinito meio de redenção. É futurista e messiânico, na linha profética de Sampaio Bruno, Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro. É evolucionista (em sentido espiritual: a filosofia é destinada a activar a reflexão do homem, ajudando-o a redimir-se). É simbolista: a sua metafísica ou estrutura categorial é feita de bases simbólicas (interessam-lhe pouco as ideias hipostasiadas, fundamentadas ou historicizadas); interessam-lhe as imagens sonhadas, míticas [...]. Outra característica do grupo é a denodada defesa que faz da cultura atlântica, pondo em foco a sua especificidade e a sua supremacia sobre outras culturas» – João Ferreira, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965, p. 22.

⁵² Cf. António QUADROS, «O Homem Português», in AAVV, *Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Lisboa, 1984, pp. 198-199.

é o local sem paredes»⁵³. Conjugando, pois, estas perspectivas com a ideia de pátria, poder-se-á concluir que quem for humano na sua terra e na sua pátria, será humanista para todo o mundo. É que ser humanista em sentido abstracto, poderá ficar apenas nesse nível.

4. O movimento da «Filosofia Portuguesa» tem tido o mérito de chamar a atenção para os valores nacionais e para a respectiva reflexão filosófica. Nesse sentido, tem tomado posições frontais contra quaisquer seguidismos e mimetismos, sobretudo a amouca nacional atitude em relação à hiper-valorização do lá-fora. A própria construção da União Europeia, embora já parcialmente em acto, não deixa de estar envolta numa certa auréola de projecto.

5. O movimento da «Filosofia Portuguesa» não via no Positivismo uma parte da solução da crise mas, pelo contrário, via-o como o reflexo da própria crise. O Positivismo, ao eliminar um grande campo de conhecimento, tinha restringido drasticamente o oxigénio necessário para a respiração. Era necessário abrir um respirador, para evitar a asfixia. E a Metafísica (entretanto recuperada por H. Bergson, filósofo muito estimado por este movimento) era o respirador necessário.

Bibliografia

- AA.VV., *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa*, Fundação Lusfada, Lisboa, 1995.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», em *Cultura*, Lisboa, IV (1985) 219-255.
- ANTUNES, Manuel, «Haverá filosofias nacionais?», em *Brotéria*, Lisboa, LXIV, 5 (1957) 555-565.
- BARATA-MOURA, José, «Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX», em *Id.*, *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281.
- BRITO, António José de, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4 (1990) 409-429.
- BRUNO, Sampaio, *A Ideia de Deus*, Livraria Chardron, Porto, 1902.
- CAEIRO, Francisco da Gama, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», em *Ao Encontro da Palavra, Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 9-42.
- _____, «Filosofia em Portugal' e seu ensino: tópicos para uma reflexão», em *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2 (1988) 67-82.
- CALAFATE, Pedro, «Figuras e ideias da Filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2 (1995) 355-376.

⁵³ Miguel TORGA, *Diário XVI*, Coimbra, 1993, p. 88.

- CARRILHO, Manuel Maria, «Filosofias, contextos, novidades», em *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 220 (1986), p. 2.
- COELHO, Francisco Adolfo, «O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário», em *Notas de Portugal*, volume I, Lisboa, 1908.
- DEUSDADO, M. Ferreira, «Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX», em J. M. da Cunha Seixas, *Princípios Gerais de Filosofia*, Imprensa Lucas, Lisboa, 1897.
- FERREIRA, João, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.
- FERREIRA, João, «Fundamentação da Filosofia Portuguesa», em AA. VV., *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa [Ciclo de palestras promovido pela Fundação Lusíada no Ateneu Comercial do Porto em 14 e 15 de Maio de 1993]*, Bibliografia Geral de Álvaro Ribeiro organizada por Joaquim Domingues, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, pp. 39-59.
- GALA, Elísio, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.
- GAMA, José, «Leonardo Coimbra: Filosofia em Portugal e/ou Filosofia portuguesa», em AA. VV., *Leonardo Coimbra, o Tribuno e o Filósofo*, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras, Felgueiras, 2005, pp.103-118.
- _____, «Álvaro Ribeiro e o Sentido da Tradição Filosófica Portuguesa», em *Id.*, *Cultura e Filosofia. Estudos sobre o Pensamento Português*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2009, pp. 279-286.
- GAMA, Manuel, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.
- _____, «Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa», em Acílio da Silva Estanqueiro Rocha (Organização), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2004, pp. 269-284.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978), 2ª edição, Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- _____, *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Gradiva, Lisboa, 2004.
- MARINHO, José, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Lello, Porto, 1976.
- MARTINS, António Coimbra «Estrangeirados», em *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel SERRÃO, vol. II, Porto, 1981, pp. 466-473.
- PAIM, António, «Filosofias Nacionais», em *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, volume 2, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 1990, cls. 626-633.
- _____, *Propostas para a Caracterização das Filosofias Nacionais*, Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H., Lisboa, 1991.
- PASCOAES, Teixeira de, *Arte de ser Português*, Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1915.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira, «Filosofia, indispensável», em *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, N° 295 (1988), p. 7 (JE).
- QUADROS, António, «O Homem Português», em AA.VV., *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, pp. 185-211.
- _____, «A Filosofia Portuguesa, de Bruno à Geração do 57, seguido de O Brasil Mental Revisitado», em *Democracia e Liberdade*, Lisboa, 42/43 (1987) 7-69.

- QUENTAL, Antero de, *Cartas I [1852]-1881*, Organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Universidade dos Açores e Editorial Comunicação, Lisboa, 1989.
- RIBEIRO, Álvaro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1943.
- RIBEIRO, Henrique Jales, «A “Filosofia Portuguesa” e o “Estado Novo”: Das Implicações Ideológicas, Políticas e Outras da Filosofia em Portugal no Século XX», em *Biblos*, n. s. III (2005) 129-153.
- ROCHA, Afonso, «“Filosofia Portuguesa” ou Filosofia Portuguesa?», em *Id., Natureza, Razão e Mistério. Para uma leitura comparada de Sampaio (Bruno)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, pp. 539-571.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», em *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15 (1990) 25-30.
- SOVERAL, Eduardo Abranches, «Pensamento Luso-Brasileiro», em *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.
- TEIXEIRA, António Braz, *Ética, Filosofia e Religião. Estudos sobre o pensamento português, galego e brasileiro*, Pendor, Évora, 1997.
- TORGA, Miguel, *Diário XVI*, Coimbra, 1993.